

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2021

- MARÇO. O co-fundador da Kamuri, linguista Wilmar D'Angelis, coordenou as equipes de tradutores indígenas que se dedicaram ao complexo trabalho de traduzir centenas de milhares de palavras, expressões, frases e operações de comando que tornaram possível o lançamento nacional, ocorrido neste mês, de uma linha de telefones celulares que já podem, pela primeira vez na história do nosso continente, ser habilitados em duas línguas indígenas: o Kaingang e o Nheengatu. Com isso, todos os membros destas comunidades podem utilizar equipamentos tecnológicos de mais nova geração em sua própria língua. Esse trabalho foi marcado pelo objetivo de contribuir para a revitalização das línguas indígenas em perigo de extinção. Nossa meta é a de que os falantes de Kaingang e Nheengatu possam usar mais esta ferramenta poderosa para a sobrevivência e o fortalecimento de sua cultura.
- MAIO. A Kamuri colaborou para a criação de um website sobre a Língua Nheengatu. A construção do site tem por objetivo permitir a atualização (novas notícias e imagens) pelos próprios usuários indígenas cadastrados. Paralelamente, a Kamuri também contribuiu para os estudos que criaram a Academia da Língua Nheengatu. A Academia se propõe a agregar três ortografias da língua que foram desenvolvidas por povos indígenas da região do Baixo Rio Negro e do Baixo Rio Amazonas, no estado do Amazonas, e da bacia do rio Tapajós, no Pará.
- AGOSTO. Viagem de campo à Terra Indígena Araribá. Ver abaixo*.
- OUTUBRO. Pedro Ternes Frassetto, aluno De Mestrado da Unicamp e membro da Kamuri, apresentou uma conferência intitulada *Línguas que se perdem e o apagamento da violência histórica contra indígenas* durante uma mesa redonda sobre línguas indígenas no Ciclo de Encontros e Políticas Linguísticas em Movimento do IEL (Instituto de Estudos da Linguagem) da Universidade Estadual de Campinas. Um resumo da apresentação pode ser lida no site, na aba Posts, de 26 de outubro, sob o título “Quando apagamos a violência histórica”.
- OUTUBRO. No dia 16 de outubro, recebemos um pedido de SOS da Terra Indígena Serrinha, no estado do Rio Grande do Sul. O motivo foi a morte de dois indígenas e a expulsão da terra de tantos outros. Infelizmente essa situação do Serrinha (RS) não é um caso isolado. Já aconteceu em Guarita em 1984, e em Ligeiro em 2004 e 2006. Essas situações de violência são travestidas de “luta por liderança” ou “pelo cacicado”, mas na verdade são lutas para controlar as terras e realizar “parcerias” com não indígenas, que são os que enriquecem com os arrendamentos enquanto a maioria da população indígena fica na miséria. Para entender o espírito da constituição, nossa coordenadora Juracilda Veiga escreveu dois textos, disponíveis para download no nosso site, sob a aba Indigenismo. Encaminhamos as denúncias da TI Serrinha para o CIMI e APIB, entidades que têm departamento jurídico e pessoal especializado para atender a este tipo de ocorrência.
- NOVEMBRO. A Kamuri se posicionou publicamente contra a ação da Polícia Militar de Roraima, que em vez de proteger as pessoas indefesas do seu estado, conforme sua obrigação constitucional e razão de existir, abusa da sua condição

de força armada para intimidar e agir com violência contra a própria população, no caso homens, mulheres e crianças do povo indígena Macuxi, na TI Raposa Serra do Sol. Ver a nossa Nota de Repúdio na aba Posts, dia 18 de novembro.

- DEZEMBRO. A Kamuri ajudou a divulgar, em suas redes sociais, a obra artística de Yan Jaraky, aluno da Universidade Estadual de Campinas e membro do povo Kuikuro/Mehinaku, do Alto Xingu. A divulgação é parte do apoio oferecido aos alunos indígenas da universidade, que vendem seus produtos como forma de arrecadação de recursos para sua própria manutenção durante os estudos.
- Durante todo o ano de 2021 as redes sociais da Kamuri – sobretudo o Instagram – foram utilizadas para compartilhar notícias, posições públicas da entidade, nossa presença na mídia, e conteúdos informativos e/ou educativos sobre: violência contra os povos indígenas no país; meio ambiente e mudança climática; legislação que garante direitos indígenas e demarcação de territórios; línguas, gramática e etimologia indígenas; curiosidades e gêneros linguísticos; ensino de línguas indígenas; personalidades indígenas (artistas, esportistas, educadores e líderes políticos); “lives” e conferências online sobre as temáticas ambientais e indígenas; eventos internacionais sobre os direitos indígenas; eventos nacionais sobre pautas indígenas; eventos esportivos intertribais; publicação de livros por autores indígenas, etc. Esses materiais podem ser conferidos em <https://instagram.com/kamuri.indigenismo?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

***Viagem de Campo à Terra Indígena ARARIBÁ (Agosto 2021)**

A TI Araribá, composta pelas aldeias Ekeruá, Tereguá, Nimuendaju e Kopenoti, está localizada no oeste do estado de São Paulo. Os fundadores da Kamuri iniciaram seus primeiros contatos com as populações desta TI em 1997, e desde então diversos trabalhos foram realizados, em áreas diversas, como revitalização linguística, recuperação de sementes tradicionais, segurança alimentar, apoio educacional, plantio de espécies florestais e anuais, recuperação de áreas de mananciais, etc.

Este ano, iniciamos no mês de agosto nosso trabalho de campo na aldeia Tereguá, onde vivem guaranis e terenas. Nosso encontro com a comunidade teve início na escola, onde acontecia a comemoração do dia das crianças. Grande parte da comunidade estava no local. A área é embelezada por um grande guapuruvu¹ e várias pinturas nas paredes, de desenhos como a ema, o chocalho, grafismos indígenas, etc.

¹ Guapuruvu é uma árvore do tipo pioneira, que ao serem plantadas juntamente com outras espécies, são as primeiras a nascer e de crescimento rápido, cuja função é fazer sombra para as culturas que vêm depois.

Durante a reunião, conversamos sobre a implementação da horta, a ser cuidada especialmente pelas mulheres da aldeia, como auxílio na produção de alimentos e na geração de renda. Também conversamos sobre a temática ambiental e sobre projetos agroflorestais, que combinam o plantio de árvores de diversas espécies, arbustos e produtos agrícolas de acordo com a afinidade das plantas e o interesse dos moradores locais. Trabalhamos em cima do questionamento: “se você chegasse em um espaço de terra o que você esperaria que já estivesse plantado lá e que você já pudesse consumir?” As respostas foram: batata, alface, quiabo, abobrinha, mandioca. Sugerimos a importância de “plantar madeira” para que tenham esse insumo para construção.

Foi lembrado que alguns já têm sua horta particular e debatemos se a iniciativa de uma plantação agroflorestal seria coletiva, ou seja, cuidada pela comunidade como um todo. O vice-cacique Elizeu levantou o problema da distribuição de água, que talvez não fosse suficiente para o projeto. Conversamos então sobre a questão da cobertura vegetal, que “produz água”, sobre a construção de cisternas, etc.

Foi mencionada a necessidade de reeducação alimentar, por parte de moradores da comunidade, que têm consumido poucos vegetais, o que pode ser a causa de um aumento de casos de diabetes, colesterol e obesidade na aldeia. Abordamos as temáticas da autonomia e soberania alimentar, sobretudo quanto à previsão de escassez de alimentos e de água que, aliás, já estamos vivenciando no país.

Finalizamos nossa reunião com essa comunidade com uma nova demanda levantada por eles: a necessidade de ajuda para os projetos de cunho cultural que eles desenvolvem. Surgiram muitas ideias sobre o que poderia ser feito neste sentido, como artesanatos variados, para os turistas comprarem nas visitas às aldeias; pequenas oficinas de língua, para que os visitantes aprendam palavras básicas; continuidade das vivências culturais, que já têm sido oferecidas para escolas, entidades, museus, etc.

Já na aldeia Nimuendaju, tivemos uma reunião inicial com Cledenilson, o indígena que, junto com familiares, recebeu as sementes tradicionais que fazem parte do projeto Djaryi e uma ajuda de custo de R\$ 250,00 por alguns meses, para efetuar o plantio. Tivemos uma grata surpresa ao fotografar os resultados dessa colheita, com muitas garrafas pet de 2 litros cheias das seguintes sementes: feijão marrom, vermelho e branco, amendoim vermelho e negro, e milho vermelho e branco. A ideia agora é replantar, para conseguirmos mais quantidades e distribuímos para mais indígenas.

O irmão de Cledenilson, que também é seu vizinho, estava trabalhando na roça de mandioca. Observamos que o plantio é feito sem cobertura vegetal e sem irrigação, mas ainda assim a mandioca tem se dado bem nesse solo mais arenoso, que é o tipo de solo presente em toda a terra indígena. Visitamos também uma plantação de banana. No entorno dessa região é que passa a linha do trem, cuja estrutura está abandonada desde a privatização.

Mais tarde, fizemos uma reunião com mais membros da comunidade da Nimuendaju no centro cultural da aldeia. A entrada tem uma oca, uma mata bem mais densa – de passagem do estágio intermediário para o de clímax – e neste local ficam algumas nascentes do rio Araribá, ou seja, uma área de grande importância para o abastecimento de água de toda essa região do estado de São Paulo. Houve um incêndio nas proximidades desta área de manancial em 2020 quando muita cobertura vegetal foi perdida. Por este motivo, criamos o projeto RENASCENTES, que tem por objetivo a recuperação da área perdida de floresta. O projeto ainda aguarda financiamento para início de sua execução.

Segundo os indígenas, o problema do fogo é recorrente, pois os aceiros não têm sido suficientes para segurar a queimada. Eles contaram que é muito estressante e desgastante para todos terem que correr para apagar incêndio todo ano. Visitamos a área queimada e verificamos que teve início um processo natural, estando com uma aparência de capoeira. Como já se passou um ano desde o incêndio e há mata nos arredores é esperado que a sucessão ocorra naturalmente. Mas é claro que o plantio de mudas e a execução de melhores e maiores aceiros irão ajudar a sucessão ecológica a fazer o seu trabalho.

Propusemos duas medidas para a recuperação da mata: através do plantio de sementes que eles mesmos podem coletar na região e fazer a germinação dentro do viveiro, e através do plantio de mudas que nós da Kamuri ajudaremos a comprar. As espécies preferidas por eles são: guavirá, angico vermelho, araticum amarelo, piuna, gabiroba, ipês amarelo/branco/rosa, peroba, cedro, olho de cabra, marfim e pau d'alho.

Sobre a estrutura do viveiro que está ali desativada, o cacique Claudino informou que faltam os ripões para as laterais, mas que o sombrite já está na casa dele. A Kamuri se propôs a fornecer os recursos necessários para os reparos do viveiro e também para a compra de óleo diesel para o trator a ser usado no reforço dos aceiros ao redor da área mais vulnerável a incêndios.

O cacique também informou que foi pescar recentemente no rio Batalha e que não havia nenhum peixe. Ele citou espécies que pescava no mesmo local anos atrás, como curimba, piapara, piau e que já desapareceram. Os indígenas atribuem a falta de peixes ao plantio de eucalipto e de laranja, nas fazendas do entorno da TI, e também a uma empresa da localidade que lava os tanques com agrotóxicos dentro do rio, causando contaminação da água e a mortandade dos peixes. Outro ponto comentado foi a redução no volume de água, tanto no rio, como nas nascentes.

Quanto a alternativas de geração de renda, os indígenas mencionaram a possibilidade de refazer o tanque de tilápias, sobretudo para oferecerem aos visitantes que almoçam na aldeia durante as vivências culturais. As atividades também incluem caminhadas pelas trilhas abertas na mata, e também em uma plataforma de arborismo

feita por eles, sobretudo onde há as imensas copaíbas, que se destacam na paisagem pelo dossel mais alto e o tronco mais largo, sendo um atrativo turístico em si mesmas.

Na aldeia Ekeruá, tivemos uma reunião com o cacique, senhor Jazonio e com o vice cacique Maurício para organizarmos a data da oficina de revitalização da língua terena na aldeia, que estava prevista para o mês de novembro e receberia uma verba destinada pela FUNAI. O cacique, porém, solicitou a alteração da data devido ao problema da pandemia e a necessidade de mantermos o isolamento. A oficina ficou então adiada para o ano seguinte.

Seu Jazonio nos acompanhou até uma área onde 2 famílias fazem uma grande horta de cultivo de couve e alguns outros produtos como cebola, cebolinha, tomate, pimentão. O produto de maior comercialização para a população não indígena, no entanto, é a couve. Vimos o plantio e a couve já colhida alocada em caixas prontas para serem transportadas para a cidade. Na área da horta há também um tanque com água, que usam para irrigação. O plantio é feito da forma convencional, com uso de insumos químicos. Conversamos, trocamos sementes, visitamos uma pequena represa que eles têm na descida desta área do plantio de hortaliças. Eles pediram algumas espécies de árvores para serem plantadas no entorno dessa represa, o que nos comprometemos a fazer ainda este ano.